

# SUORTE

## NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



### SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **60 (sessenta)** questões objetivas e **1 (uma)** redação, você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas e a folha de texto definitivo;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.
- A redação deverá ser redigida em até **30 (trinta)** linhas.



### TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para o preenchimento das folhas de textos definitivos;
- **1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de texto definitivo;
- Para o preenchimento das folhas de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados nas folhas de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em suas folhas de textos definitivos, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca das folhas de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**

## Conhecimentos Gerais

### Língua Portuguesa

**1**

Assinale a alternativa que apresenta um uso facultativo da vírgula.

- (A) Ontem, todos os aeroportos ainda estavam fechados por conta do temporal.
- (B) É preciso apontar, sem dúvidas, os equívocos na formação dos candidatos.
- (C) A escola funciona nos dias de semana até às 22 horas. Nos sábados, até às 11.
- (D) Devemos cuidar do corpo, mas sem descuidar do espírito.
- (E) Considerando o nível de poluição mundial, deve-se reduzir o consumo de plásticos.

**2**

Sobre a máxima “O sábio nunca diz tudo o que pensa, mas pensa sempre tudo o que diz”, do filósofo Aristóteles, é correto afirmar que

- (A) existe uma relação de proporcionalidade entre os períodos ligados pela conjunção coordenada.
- (B) os advérbios “nunca” e “sempre” indicam complementariedade entre as ideias apresentadas.
- (C) “sábio” é um adjetivo que, na frase, está sendo utilizado como substantivo.
- (D) os verbos que se repetem no primeiro e no segundo períodos apresentam sentidos diferentes.
- (E) a ausência de paralelismo sintático é indicada pelos verbos na terceira pessoa do singular.

**3**

Sobre as palavras “deletar”, “logar” e “twittar” é correto afirmar que

- (A) são palavras que foram adaptadas à língua portuguesa por meio da tradução de seu sentido original.
- (B) são palavras que sofreram acréscimo do sufixo de formação de verbos da primeira conjugação em língua portuguesa.
- (C) são palavras formadas a partir da alteração do radical das palavras primitivas.
- (D) são palavras híbridas, que apresentam radical com origens diferentes.
- (E) são palavras que apresentam classe gramatical diferente das palavras primitivas, tendo sido formadas por derivação imprópria.

**4**

Assinale a alternativa em que o elemento destacado **não** funciona como predicativo do sujeito.

- (A) A ideia pareceu-lhe bonita e profunda, e ele a fez gravar no frontispício da casa.
- (B) O principal nesta minha obra da Casa Verde é estudar profundamente a loucura.
- (C) Chamavam-lhe o Canjica—e o movimento ficou célebre com o nome de revolta dos Canjicas.
- (D) Ilustre dama, no fim de dois meses, achou-se a mais desgraçada das mulheres.
- (E) O defunto meu tio não era mau homem.

**5**

Na frase: “existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir”, assinale a alternativa que indica um problema de adequação à norma padrão da língua portuguesa.

- (A) A repetição do termo “se” indica pobreza vocabular e ausência de recursos.
- (B) O uso de vírgula antes do conectivo “e” aponta um problema de pontuação, uma vez que a conjunção já indica acréscimo de ideias.
- (C) O excesso de verbos no infinitivo representa uma falha da não demarcação temporal na frase.
- (D) O uso do pronome relativo “onde” sem indicação de lugar inscreve um equívoco no uso do elemento coesivo.
- (E) A ausência de paralelismo sintático demarca um desequilíbrio entre as posições sintáticas dos períodos compostos.

**6**

Assinale a sentença em que o elemento destacado atua como complemento do substantivo a que se refere.

- (A) A resolução do problema requereu esforços de todos os lados.
- (B) A invenção do cientista permitiu uma melhoria no sistema.
- (C) O esforço do candidato contribuiu para sua classificação.
- (D) O documento aguarda a sanção do governador.
- (E) Era admirável a superação do atleta na competição.

**7**

Observe as frases a seguir:

- I. Como as pessoas estão intolerantes hoje!
- II. Atingiu os objetivos esperados, como previam os especialistas.
- III. Sempre foi alegre como seus colegas de classe.

Sobre os elementos destacados, é correto afirmar que

- (A) em I e II, somente, atuam como conjunção.
- (B) em I, somente, trata-se de um advérbio.
- (C) em III, somente, observa-se uma preposição.
- (D) em II, somente, há um valor comparativo.
- (E) em I, II e III são classificados como conjunção.

**8**

Leia o trecho a seguir:

A pandemia criou condições que podem ter exacerbado sentimentos negativos de depressão e ansiedade entre os jovens. Com o fechamento de escolas e o aprendizado remoto, as crianças experimentaram a perda de interações com os colegas, maior isolamento social e menos interação com outros adultos que dão apoio, como professores e treinadores.

<https://www.cnnbrasil.com.br/saude> (adaptado)

Assinale a alternativa correta sobre a análise da tipologia textual do trecho.

- (A) Trata-se de um texto predominantemente argumentativo, uma vez que há fundamentação consistente dos argumentos, a partir de conceitos consolidados em pesquisas referenciadas.
- (B) Observa-se um texto predominantemente narrativo, o que se percebe pelos verbos no pretérito perfeito, que indicam uma sucessão de ações e acontecimentos.
- (C) Percebe-se um texto predominantemente argumentativo, já que existe um posicionamento sobre o tema, a partir do desenvolvimento de uma tese.
- (D) Nota-se um texto predominantemente expositivo, tendo em vista a apresentação de um assunto da realidade contemporânea, de domínio amplo do senso comum.
- (E) Verifica-se um texto predominantemente descritivo, devido ao relato de um aspecto relevante da sociedade, a partir do qual o leitor constrói uma imagem mental.

**9**

Assinale a opção em que o pronome destacado é usado de maneira **incorreta**.

- (A) Esta é a proposta com cujos termos concordamos.
- (B) Mesmo na pior circunstância, todos lhe viam como líder.
- (C) Encaminhamos o documento para os quais foram feitas as propostas de alteração.
- (D) Para eu coordenar este projeto, é necessário que haja mais segurança.
- (E) Nós esquecemo-nos de corrigir o projeto a tempo.

**10**

”O desaparecimento de uma língua não está condicionado somente pelo número de seus falantes”.

Sobre esta frase de José Luiz Fiorin, assinale a alternativa correta.

- (A) A permanência da língua independe do número de falantes.
- (B) É o número de falantes que condiciona a existência da língua.
- (C) O número de falantes pode contribuir para o desaparecimento da língua.
- (D) A língua existe por causa de seus falantes.
- (E) A língua desaparece se não houver falantes.

## Gestão Pública e Atualidades

**11**

Atualmente os sistemas de produção de alimentos vêm utilizando sistemas de tecnologias que tem gerado uma série de problemas, onde vários setores da economia estão trabalhando para tentar a viabilização de uma solução.

Como uma dessas causas, pode-se destacar

- (A) o êxodo urbano.
- (B) a produção de alimentos orgânicos.
- (C) a destruição dos recursos naturais locais.
- (D) o uso de aditivos naturais.
- (E) a solução social nas cidades.

**12**

Os relatórios de gestão fiscal, bem como suas versões simplificadas são devidamente reconhecidos como instrumentos

- (A) consolidados.
- (B) de transparência.
- (C) de escrituração.
- (D) de contabilização.
- (E) normativos.

**13**

Suponha que no momento da alocação de um determinado recurso orçamentário houve a participação ativa de um grupo da sociedade junto a um Ente público.

Nesse caso específico, a técnica orçamentária utilizada foi o orçamento

- (A) participativo.
- (B) programado.
- (C) vinculado.
- (D) orientado.
- (E) especial.

**14**

As ações de governo que utilizam a tecnologia da informação e comunicação como base de construir uma ligação entre as ações operacionais e estratégicas do governo para a melhoria dos serviços públicos, buscando estreitar o relacionamento com a sociedade, denomina-se

- (A) sistema de administração financeira.
- (B) gestão programada.
- (C) sistema operacional.
- (D) melhoria contínua.
- (E) governo eletrônico.

**15**

O aumento da responsabilização com a utilização de recursos públicos e as respectivas prestações de contas perante os cidadãos é um dos objetivos dos responsáveis por essas ações.

Assinale a opção que corresponde a essas ações.

- (A) Plano de governo.
- (B) *Accountability*.
- (C) Planejamento estratégico.
- (D) Governança.
- (E) Ciclo de gestão.

**16**

A Lei nº 13.709/2018 que trata da proteção de dados pessoais traz como um de seus princípios que as informações devem ser tratadas de maneira clara e de fácil acesso, resguardando informações estratégicas das empresas.

Esse princípio é denominado

- (A) prestação de contas.
- (B) adequação.
- (C) autoridade.
- (D) transparência.
- (E) necessidade.

**17**

Em matéria orçamentária, quando o parlamento atende às necessidades do coletivo, autorizando a despesa pública, diz respeito a uma ação voltada ao aspecto

- (A) econômico.
- (B) financeiro.
- (C) jurídico.
- (D) técnico
- (E) político.

**18**

O orçamento que tem por característica ser a conexão entre planejamento e as funções operacionais, bem como a distribuição de recursos para o cumprimento dos objetivos e metas organizacionais, denomina-se

- (A) orçamento-programa.
- (B) orçamento clássico.
- (C) orçamento por estratégia.
- (D) orçamento base zero.
- (E) orçamento tradicional.

**19**

Suponha uma situação em que o Chefe do Poder Executivo tenha iniciado seu primeiro mandato no ano de 2024.

Nesse caso, com relação ao Plano Plurianual do Chefe do Poder Executivo, assinale a opção que aponta a vigência correta.

- (A) Teve início no ano de 2024.
- (B) Findará no ano de 2026.
- (C) Terá início no ano de 2026.
- (D) Findará no ano de 2028.
- (E) Findará no ano de 2027.

**20**

O equilíbrio entre receitas e despesas, bem como as metas e os riscos fiscais são requisitos que deverão constar

- (A) na lei orçamentária anual.
- (B) nos objetivos e metas da administração pública.
- (C) na lei de diretrizes orçamentárias.
- (D) no orçamento fiscal.
- (E) na programação de duração continuada.

## Direito Administrativo

**21**

Determinado magistrado, ao analisar seu acervo processual, deparou-se com três ações em curso, versando sobre supostos atos de improbidade administrativa, quais sejam:

- i) Matheus recebeu vantagem econômica direta, para omitir ato de ofício a que estava obrigado;
- ii) Lucas permitiu que se utilizasse, em obra particular, veículos, máquinas e equipamentos pertencentes à União Federal;
- iii) Joana frustrou, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, com vistas à obtenção de benefício próprio direto. Registre-se que Matheus, Lucas e Joana, agentes públicos estatutários, agiram com dolo específico, sendo certo que as condutas foram praticadas em janeiro de 2024.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os prazos de prescrição interromperam-se com o ajuizamento das ações de improbidade administrativa em face de Matheus, Lucas e Joana.
- II. Lucas praticou ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
- III. Joana praticou ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**22**

João, após assumir um cargo público no âmbito do Poder Executivo Federal, passou a atuar em diversos processos administrativos por força de delegação de competência. Desta forma, preocupado com o volume de trabalho assumido, João resolveu analisar os regramentos que delimitam, nos termos da Lei nº 9.784/1999, a delegação de competência.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.784/1999, é correto afirmar que a(s)

- (A) matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade não podem ser objeto de delegação. Por outro lado, a referida proibição não é extensível à edição de atos de caráter normativo e à decisão de recursos administrativos.
- (B) decisão de recursos administrativos e as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade não podem ser objeto de delegação. Por outro lado, a referida proibição não é extensível à edição de atos de caráter normativo.
- (C) edição de atos de caráter normativo não pode ser objeto de delegação. Por outro lado, a referida proibição não é extensível à decisão de recursos administrativos e às matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.
- (D) matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade e a edição de atos de caráter normativo não podem ser objeto de delegação. Por outro lado, a referida proibição não é extensível à decisão de recursos administrativos.
- (E) edição de atos de caráter normativo, a decisão de recursos administrativos e as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade não podem ser objeto de delegação.

23

O Congresso Nacional, após a observância das formalidades legais, aprovou um determinado projeto de lei de interesse do setor cultural do país. Em assim sendo, o Presidente da República sancionou, promulgou e publicou a legislação. Em seguida, o Chefe do Poder Executivo em âmbito federal editou um decreto, com o objetivo de garantir a fiel execução da lei que foi aprovada pelo Poder Legislativo.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que o Chefe do Poder Executivo agiu de forma

- (A) inválida, pois ele somente poderia ter editado o decreto, para garantir a fiel execução da legislação, caso o Poder Legislativo não o fizesse, permanecesse omissivo por prazo juridicamente relevante.
- (B) inválida, pois a edição de decretos, para garantir a fiel execução das leis, compete ao Poder Legislativo.
- (C) válida, sendo uma manifestação do poder normativo.
- (D) válida, sendo uma manifestação do poder disciplinar.
- (E) válida, sendo uma manifestação do poder de polícia.

24

João ingressou com um processo administrativo junto à administração pública em âmbito federal. Contudo, após a tramitação regular do feito, a autoridade administrativa proferiu decisão desfavorável aos seus interesses. Em assim sendo, João pretende interpor recurso na esfera administrativa, com base em razões de legalidade e de mérito.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 9.784/1999, analise as afirmativas a seguir:

- I. O recurso de João será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de trinta dias, o encaminhará à autoridade superior.
- II. O recurso administrativo tramitará no máximo por duas instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.
- III. Salvo exigência legal, a interposição de recurso administrativo independe de caução.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, apenas.

25

Em observância às formalidades legais, a autoridade administrativa competente, no âmbito do Ministério da Cultura, editou um ato administrativo válido, em contemplação a um pedido formulado pelo artista Caio. Contudo, após alguns meses, o referido ato administrativo foi extinto, pois Caio passou a descumprir, reiteradamente, as condições fixadas pela Administração Pública.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que o ato administrativo foi extinto em razão da

- (A) caducidade.
- (B) revogação.
- (C) anulação.
- (D) cassação.
- (E) recusa.

26

João, ocupante de um cargo público no Ministério da Cultura, durante o exercício das suas funções, causou dano material a um particular, que pretende adotar as medidas cabíveis para ser integralmente indenizado.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, além do entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que a União Federal

- (A) não tem qualquer responsabilidade pela conduta praticada por João, salvo se o último comprovar que não possui recursos financeiros para, por conta própria, indenizar a vítima.
- (B) responderá, subsidiária e objetivamente, pelos danos causados por João, caso este não tenha recursos financeiros para, por conta própria, indenizar a vítima.
- (C) responderá, subjetivamente, pelos danos causados por João, sendo indispensável a comprovação do dolo ou da culpa do agente público.
- (D) responderá, objetivamente, pelos danos causados por João, sendo dispensável a comprovação do dolo ou da culpa do agente público.
- (E) não tem qualquer responsabilidade, objetiva ou subjetiva, pela conduta praticada por João.

27

Matheus tomou ciência de que o Ministério Público ingressou, em juízo, com uma ação de improbidade administrativa em seu desfavor, requerendo a decretação da indisponibilidade dos seus bens. Em assim sendo, Matheus procurou o auxílio de um advogado, justamente para entender as consequências práticas decorrentes da demanda judicial e, em especial, da medida de indisponibilidade, caso esta venha a ser acolhida pelo juízo responsável pelo processo.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, é **incorreto** afirmar que

- (A) a ordem de indisponibilidade de bens deverá priorizar veículos de via terrestre, bens imóveis, bens móveis em geral, semoventes, navios e aeronaves, ações e quotas de sociedades simples e empresárias, pedras e metais preciosos e, apenas na inexistência desses, o bloqueio de contas bancárias, de forma a garantir a subsistência do acusado e a manutenção da atividade empresarial ao longo do processo.
- (B) a indisponibilidade de bens poderá ser decretada sem a oitiva prévia do réu, sempre que o contraditório prévio puder comprovadamente frustrar a efetividade da medida ou houver outras circunstâncias que recomendem a proteção liminar, não podendo a urgência ser presumida.
- (C) o valor da indisponibilidade considerará a estimativa de dano indicada na petição inicial, permitida a sua substituição por caução idônea, por fiança bancária ou por seguro-garantia judicial, a requerimento do réu, bem como a sua readequação durante a instrução do processo.
- (D) a indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem, cumulativamente, o integral ressarcimento do dano ao erário e o pagamento de eventuais valores aplicados a título de multa civil, sem incidir sobre acréscimo patrimonial decorrente de atividade lícita.
- (E) é vedada a decretação de indisponibilidade da quantia de até quarenta salários mínimos depositados em caderneta de poupança, em outras aplicações financeiras ou em conta corrente.

**28**

João, servidor público aposentado por invalidez, retornou à atividade, após junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria. Na mesma data, houve a reinvestidura de Matheus no cargo público anterior ocupado no âmbito do Ministério da Cultura, em razão da invalidação de sua demissão por decisão judicial. Registre-se que João e Matheus são servidores públicos federais estáveis.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.112/1990, é correto afirmar que, no cenário envolvendo João, restou caracterizada a

- (A) recondução, enquanto na situação relacionada a Matheus, caracterizou-se a reintegração.
- (B) reversão, enquanto na situação relacionada a Matheus, caracterizou-se a reintegração.
- (C) reversão, enquanto na situação relacionada a Matheus, caracterizou-se a readaptação.
- (D) reintegração, enquanto na situação relacionada a Matheus, caracterizou-se a recondução.
- (E) readaptação, enquanto na situação relacionada a Matheus, caracterizou-se a reversão.

**29**

Lucas foi aprovado em um concurso público, tomando posse em um cargo público efetivo no âmbito do Ministério da Cultura. Desta forma, tão logo entrou em exercício, Lucas iniciou o estágio probatório, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 8.112/1990, analise as afirmativas a seguir:

- I. Capacidade de iniciativa.
- II. Assiduidade e disciplina.
- III. Responsabilidade.
- IV. Produtividade.

Serão observados durante o estágio probatório de Lucas os fatores elencados em

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

**30**

Luiz, ocupante de um cargo em comissão no âmbito do Ministério da Cultura, revelou, dolosamente e com o objetivo de obter proveito indevido para si, fato de que tinha ciência em razão das suas atribuições e que deveria permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada, violando os seus deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade. Registre-se que, em razão da conduta perpetrada, houve lesividade relevante ao bem jurídico tutelado.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que Luiz

- (A) praticou ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- (B) não praticou ato de improbidade administrativa, por não se enquadrar como servidor público estatutário.
- (C) praticou ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
- (D) praticou ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- (E) não praticou ato de improbidade administrativa, por ausência de previsão legal.

## Conhecimentos Específicos

**31**

João, ao analisar a legislação que consagrou o Sistema Nacional de Cultura (SNC), se deparou com uma definição legal que chamou sua atenção, qual seja: “conjunto de bens que constituem o patrimônio cultural do país, que abrangem os modos de viver, fazer e criar dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.”

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.835/2024, se está diante do conceito de

- (A) dimensão simbólica da cultura.
- (B) dimensão cidadã da cultura.
- (C) fontes da cultura nacional.
- (D) diversidade cultural.
- (E) direitos culturais.

**32**

O Estatuto da Pessoa com Deficiência prevê que é considerada barreira qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 13.146/2015, analise as afirmativas a seguir:

- I. Barreiras arquitetônicas são as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.
- II. Barreiras nos transportes são as existentes nos sistemas e meios de transportes.
- III. Barreiras urbanísticas são as existentes nos edifícios públicos e privados.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

**33**

A Lei nº 13.018/2014 instituiu a Política Nacional de Cultura Viva, tendo como base a parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no campo da cultura, com o objetivo de ampliar o acesso da população brasileira às condições de exercício dos direitos culturais.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 13.018/2014, analise as afirmativas a seguir:

- I. O intercâmbio e residências artístico-culturais são ações estruturantes da Política Nacional de Cultura Viva, visando ao desenvolvimento de políticas públicas integradas e à promoção da interculturalidade.
- II. É um instrumento da Política Nacional de Cultura Viva a promoção de uma gestão pública compartilhada e participativa, amparada em mecanismos democráticos de diálogo com a sociedade civil.
- III. Para fins da Política Nacional de Cultura Viva, considera-se objetivo dos pontos de cultura potencializar iniciativas culturais já desenvolvidas por comunidades, grupos e redes de colaboração.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**34**

Nos termos da Lei nº 13.146/2015, a pessoa com deficiência tem direito à cultura, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso a bens culturais, além de programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais em formato acessível.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.146/2015, é **incorreto** afirmar que

- (A) nos teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares, serão reservados espaços livres e assentos para a pessoa com deficiência, de acordo com a capacidade de lotação da edificação, observado o disposto em regulamento.
- (B) o poder público deve adotar soluções destinadas à eliminação, à redução ou à superação de barreiras para a promoção do acesso a todo patrimônio cultural, observadas as normas de acessibilidade, ambientais e de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.
- (C) é vedada a recusa de oferta de obra intelectual em formato acessível à pessoa com deficiência, sob qualquer argumento, inclusive sob a alegação de proteção dos direitos de propriedade intelectual.
- (D) as salas de cinema devem oferecer, em metade das sessões, recursos de acessibilidade para a pessoa com deficiência.
- (E) o valor do ingresso da pessoa com deficiência não poderá ser superior ao valor cobrado das demais pessoas.

**35**

A organização religiosa XYZ, que se dedica a atividades e a projetos de interesse público e de cunho social, distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos, foi qualificada como organização da sociedade civil. Em seguida, foi celebrada uma parceria entre a referida organização e a administração pública para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, propostas pela administração pública, envolvendo a transferência de recursos financeiros.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.019/2014, é correto afirmar que a parceria foi celebrada através de um

- (A) acordo de cooperação.
- (B) termo de colaboração.
- (C) contrato de gestão.
- (D) termo de fomento.
- (E) termo de parceria.

**36**

Caio, pessoa com deficiência, com o objetivo de conhecer seus direitos, consultou a Lei nº 13.146/2015, especialmente no que se refere ao atendimento prioritário.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.146/2015, é **incorreto** afirmar que a pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de

- (A) tramitação processual e procedimentos judiciais em que for parte, em todos os atos e diligências, benefício não extensível aos processos e procedimentos administrativos.
- (B) disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros e garantia de segurança no embarque e no desembarque.
- (C) disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas.
- (D) acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis.
- (E) recebimento de restituição de imposto de renda.

**37**

A Lei nº 14.835/2024 consagrou o Sistema Nacional de Cultura (SNC), organizado em regime de colaboração entre os entes federativos, de forma descentralizada e participativa, constitui-se em instrumento de articulação, de gestão, de informação, de formação, de fomento e de promoção conjunta de políticas públicas de cultura, com participação e controle social, pactuadas entre os entes federativos e a sociedade civil, e tem por objetivo promover o desenvolvimento sustentável com pleno exercício dos direitos culturais.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.835/2024, é correto afirmar que a implantação, a coordenação, a gestão, a manutenção e o desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura competem

- (A) à União Federal e aos Municípios, conjuntamente.
- (B) aos Estados e aos Municípios, conjuntamente.
- (C) à União Federal.
- (D) aos Municípios.
- (E) aos Estados.

**38**

Considerando as disposições da Lei nº 13.018/2014, que instituiu a Política Nacional de Cultura Viva, **não é** uma ação estruturante da Política Nacional de Cultura Viva

- (A) a consolidação dos princípios da participação social nas políticas culturais.
- (B) a cultura, infância e adolescência.
- (C) a memória e patrimônio cultural.
- (D) a economia criativa e solidária.
- (E) os conhecimentos tradicionais.

**39**

João, estudante, apresentou um trabalho, em sua faculdade, sobre a legislação que instituiu a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, dando enfoque especial aos objetivos previstos na legislação.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.399/2022, é um objetivo da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura

- (A) o estabelecimento de diretrizes para a prestação de contas de projetos culturais, inclusive audiovisuais, realizados no âmbito das leis federais, estaduais, municipais e distritais de incentivo à cultura.
- (B) o estímulo à participação e ao controle social das políticas públicas de cultura, por meio dos órgãos e instâncias competentes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (C) a gestão democrática e compartilhada dos poderes públicos entre si e entre eles e a sociedade civil.
- (D) a eficiência, racionalidade administrativa e desburocratização.
- (E) o respeito à diversidade cultural.

**40**

O Decreto nº 11.453/2023 dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura. Nesse contexto, o referido ato normativo infralegal preconiza que o Fundo Nacional da Cultura e as dotações orçamentárias destinadas ao Ministério da Cultura e às suas entidades vinculadas são mecanismos de fomento direto à cultura em âmbito federal.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições do Decreto nº 11.453/2023, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os recursos dos mecanismos de fomento direto poderão ser aplicados nas modalidades de fomento à execução de ações culturais, apoio a espaços culturais, concessão de bolsas culturais, concessão de premiação cultural e outras modalidades previstas em ato do Ministro de Estado da Cultura.
- II. A gestão de recursos do Fundo Nacional da Cultura observará as diretrizes recomendadas pelo Ministério da Fazenda, responsável por atividades de formulação e avaliação técnica.
- III. A União oferecerá assistência técnica para a implementação de políticas públicas de fomento cultural nos Estados, nos Municípios e no Distrito Federal.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**41**

O Decreto nº 11.453/2023 consagra regras aplicáveis aos chamamentos públicos das políticas culturais de fomento, os quais se pautarão por procedimentos claros, objetivos e simplificados, com uso de linguagem simples e formatos visuais que orientem os interessados e facilitem o acesso dos agentes culturais ao fomento.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições do Decreto nº 11.453/2023, analise as afirmativas a seguir:

- I. Na fase de processamento do chamamento público, será realizada a etapa de inscrição de propostas, preferencialmente por plataforma eletrônica, com abertura de prazo de, no mínimo, cinco dias úteis.
- II. Na fase de celebração do chamamento público, será realizada a etapa de habilitação dos agentes culturais contemplados no resultado final.
- III. Na fase de planejamento do chamamento público, será realizada a etapa de análise de propostas pela Comissão de Seleção.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

**42**

A Lei nº 14.399/2022 consagrou uma série de ações e atividades que serão apoiadas pela Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, elencando, para tanto, fontes de recursos que poderão ser empregadas para alcançar as medidas previstas na respectiva legislação.

Nesse cenário, para as medidas previstas na Lei nº 14.399/2022, é **incorreto** afirmar que poderá ser utilizada, como fonte de recurso

- (A) três por cento da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e de loterias federais e similares cuja realização esteja sujeita a autorização federal, deduzido esse valor dos montantes destinados aos prêmios.
- (B) resultado das aplicações em títulos públicos federais, obedecida a legislação vigente sobre a matéria.
- (C) subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, salvo de organismos internacionais.
- (D) dotações consignadas na lei orçamentária anual e nos seus créditos adicionais.
- (E) doações e legados nos termos da legislação vigente.

43

A Lei Complementar nº 195/2022, ao dispor sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia da covid-19, afirma que os beneficiários de recursos públicos dela oriundos deverão prestar contas à administração pública por meio das seguintes categorias:

- i) prestação de informações in loco;
- ii) prestação de informações em relatório de execução do objeto; ou
- iii) prestação de informações em relatório de execução financeira.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei Complementar nº 195/2022, analise as afirmativas a seguir:

- I. A autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações pode aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, nos casos em que verificar que não houve cumprimento integral do objeto ou cumprimento parcial justificado ou quando identificar irregularidades no relatório de execução financeira.
- II. A prestação de informações in loco, pode ser realizada quando o apoio recebido tiver valor inferior a cem mil reais, nos casos em que o ente da Federação considerar que uma visita de verificação pode ser suficiente para aferir se houve o cumprimento integral do objeto.
- III. A utilização da categoria de prestação de informações in loco está condicionada ao juízo de conveniência e oportunidade realizado pela administração pública, considerada a viabilidade operacional da realização das visitas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

44

A Lei nº 14.399/2022 instituiu a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.399/2022, é **incorreto** afirmar que, para alcançar os objetivos previstos na legislação de regência, a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura apoiará as seguintes ações e atividades:

- (A) construção, formação, organização, manutenção e ampliação de museus, de bibliotecas, de centros culturais, de cinematecas, de teatros, de territórios arqueológicos e de paisagens culturais, além de outros equipamentos culturais e obras artísticas em espaços públicos e privados.
- (B) instalação e manutenção de cursos para formar, especializar e profissionalizar agentes culturais públicos e privados.
- (C) fomento, produção e difusão de obras de caráter artístico e cultural, inclusive a remuneração de direitos autorais.
- (D) realização de levantamentos, de estudos, de pesquisas e de curadorias nas diversas áreas da cultura.
- (E) concessão de prêmios mediante seleções públicas.

45

João, pai de uma pessoa com deficiência, procurou o auxílio de um advogado, o qual lhe prestou os devidos esclarecimentos sobre o instituto da curatela, nos termos do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.146/2015, é correto afirmar que

- (A) a definição de curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, perdurando pelo prazo máximo de dois anos, admitida uma única prorrogação por igual período.
- (B) em casos de relevância e urgência e a fim de proteger os interesses da pessoa com deficiência em situação de curatela, será lícito ao juiz, ouvida a Defensoria Pública, a requerimento do interessado, nomear, desde logo, curador provisório.
- (C) os curadores são obrigados a prestar, semestralmente, contas de sua administração ao juiz, apresentando o balanço do respectivo ano.
- (D) a curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.
- (E) para emissão de documentos oficiais, será exigida a situação de curatela da pessoa com deficiência.

46

Marcos foi convidado a palestrar, em uma universidade pública, sobre os deveres do Estado no âmbito da cultura. Com o objetivo de preparar a palestra, Marcos consultou a Lei nº 14.835/2024, que instituiu o marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura (SNC).

Nesse cenário, segundo as disposições da Lei nº 14.835/2024, é **incorreto** afirmar que é dever do Estado assegurar a todos o pleno exercício dos direitos culturais, mediante

- (A) proteção das culturas, dos territórios, das expressões, dos usos e costumes, da moralidade pública, das formas de vida, das cosmologias, dos valores religiosos, da espiritualidade, dos lugares sagrados e dos cultos dos povos indígenas, bem como de comunidades tradicionais e quilombolas.
- (B) apoio ao desenvolvimento de todo e qualquer meio de comunicação nacional comunitário, bem como às produções nele veiculadas, desde que não atentem contra os direitos e as garantias fundamentais e que não façam apologia a conduta classificada como crime nem a incitem.
- (C) estímulo à criação, à distribuição e à difusão de produções audiovisuais nacionais e, em especial, da produção nacional independente.
- (D) acesso universal à fruição dos bens e serviços culturais em igualdade de oportunidades, com especial atenção aos idosos.
- (E) apoio à ampliação, à modernização, à descentralização e à desconcentração dos equipamentos culturais públicos.

47

A Lei nº 13.019/2014, ao estabelecer o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, instituiu o Procedimento de Manifestação de Interesse Social, como instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas ao poder público para que este avalie a possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de parceria.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 13.019/2014, analise as afirmativas a seguir:

- I. A proposição ou a participação no Procedimento de Manifestação de Interesse Social impede a organização da sociedade civil de participar no eventual chamamento público subsequente.
- II. A realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social não dispensa a convocação por meio de chamamento público para a celebração de parceria.
- III. É vedado condicionar a realização de chamamento público ou a celebração de parceria à prévia realização de Procedimento de Manifestação de Interesse Social.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.

48

Segundo as disposições da Lei nº 14.835/2024, é correto afirmar que a aprovação do plano de cultura, para seu posterior encaminhamento por parte do Poder Executivo ao Poder Legislativo do ente federativo compete

- (A) aos sistemas de informações e indicadores culturais.
- (B) aos sistemas de financiamento à cultura.
- (C) aos conselhos de política cultural.
- (D) aos sistemas setoriais de cultura.
- (E) às conferências de cultura.

49

Segundo as disposições da Lei nº 12.343/2010, que instituiu o Plano Nacional de Cultura (PNC), é **incorreto** afirmar que

- (A) o Ministério da Cultura exercerá a função de coordenação executiva do Plano Nacional de Cultura (PNC), ficando responsável pela organização de suas instâncias, pelos termos de adesão, pela implantação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), pelo estabelecimento de metas, pelos regimentos e demais especificações necessárias à sua implantação.
- (B) poderão colaborar com o Plano Nacional de Cultura (PNC), em caráter voluntário, outros entes, públicos e privados, tais como empresas, organizações corporativas e sindicais, organizações da sociedade civil, fundações, pessoas físicas e jurídicas que se mobilizem para a garantia dos princípios, objetivos, diretrizes e metas do PNC, estabelecendo termos de adesão específicos.
- (C) o Sistema Nacional de Cultura (SNC), criado por lei complementar específica, será o principal articulador federativo do Plano Nacional de Cultura (PNC), estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada entre os entes federados, vedada a participação da sociedade civil.
- (D) o Poder Executivo federal, observados os limites orçamentários e operacionais, poderá oferecer assistência técnica e financeira aos entes da federação que aderirem ao Plano, nos termos de regulamento.
- (E) a vinculação dos Estados, Distrito Federal e Municípios às diretrizes e metas do Plano Nacional de Cultura (PNC) far-se-á por meio de termo de adesão voluntária, na forma do regulamento.

50

A Lei nº 12.343/2010 criou o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), o qual dispõe, dentre outros, dos objetivos de coletar, sistematizar e interpretar dados, fornecer metodologias e estabelecer parâmetros à mensuração da atividade do campo cultural e das necessidades sociais por cultura, que permitam a formulação, monitoramento, gestão e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, verificando e racionalizando a implementação do Plano Nacional de Cultura e sua revisão nos prazos previstos.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 12.343/2010, analise as afirmativas a seguir:

- I. Obrigatoriedade da inserção e atualização permanente de dados pela União e pelos Estados, Distrito Federal e Municípios que vierem a aderir ao Plano.
- II. Processos informatizados de declaração, armazenamento e extração de dados.
- III. Caráter declaratório.

É correto afirmar que o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) terá as características elencadas em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

51

Segundo as disposições da Lei nº 8.313/1991, é **incorreto** afirmar que o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) foi instituído com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor de modo a

- (A) estimular a produção e difusão de bens culturais de valor universal, formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória.
- (B) promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística brasileira, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais.
- (C) salvaguardar a sobrevivência e o florescimento dos modos de criar, fazer e viver da sociedade brasileira.
- (D) desenvolver a consciência nacional e o respeito aos valores culturais dos povos originários.
- (E) preservar os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico brasileiro.

52

Nos termos da Lei nº 13.146/2015, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.146/2015, é correto afirmar que a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará

- (A) a limitação no desempenho de atividades, a restrição de participação e os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, mas não os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo.
- (B) os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo, os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, a limitação no desempenho de atividades, mas não a restrição de participação.
- (C) os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo, os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, mas não a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação.
- (D) a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação, mas não os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo e os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais.
- (E) os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo, os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação.

53

A Lei nº 8.313/1991, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), prevê que os projetos a serem apresentados por pessoas físicas ou pessoas jurídicas, de natureza cultural para fins de incentivo, objetivarão desenvolver as formas de expressão, os modos de criar e fazer, os processos de preservação e proteção do patrimônio cultural brasileiro, e os estudos e métodos de interpretação da realidade cultural, bem como contribuir para propiciar meios, à população em geral, que permitam o conhecimento dos bens de valores artísticos e culturais.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.313/1991, é **incorreto** afirmar que os projetos a serem apresentados por pessoas físicas ou pessoas jurídicas, de natureza cultural para fins de incentivo compreendem, entre outros, o seguinte segmento:

- (A) patrimônio cultural, inclusive histórico, arquitetônico, arqueológico, bibliotecas, museus, arquivos e demais acervos.
- (B) artes plásticas, artes gráficas, gravuras, cartazes, filatelia e outras congêneres.
- (C) rádio e televisão, educativas e culturais, de caráter comercial.
- (D) teatro, dança, circo, ópera, mímica e congêneres.
- (E) literatura, inclusive obras de referência.

54

Após assumir um cargo em comissão no âmbito do Ministério da Cultura, Caio resolveu se debruçar sobre o Sistema Nacional de Cultura (SNC), instituído pela Lei nº 14.835/2024. Durante os estudos, o agente público percebeu que existem princípios que regem as políticas públicas de cultura.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.835/2024, as políticas públicas de cultura são regidas pelos seguintes princípios, **exceto**

- (A) promoção da economia da cultura, como a vinculada aos microempreendedores individuais e às microempresas e às pequenas e médias empresas.
- (B) promoção do direito às garantias de trabalho relacionadas às profissões, aos ofícios e às atividades do setor artístico e cultural.
- (C) atuação dos poderes públicos e orientação das diretrizes das políticas culturais com base na liberdade de expressão.
- (D) vedação à promoção, pelo poder público, da comercialização das expressões culturais brasileiras no exterior.
- (E) ampla publicidade, transparência e compartilhamento das informações culturais.

55

Segundo as disposições da Lei nº 8.313/1991, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), analise as afirmativas a seguir:

- I. Os incentivos criados pela Lei nº 8.313/1991 somente serão concedidos a projetos culturais que forem disponibilizados, sempre que tecnicamente possível, também em formato acessível à pessoa com deficiência, observado o disposto em regulamento.
- II. A concessão de incentivo a obras, produtos, eventos ou outros decorrentes, destinados ou circunscritos a coleções particulares ou circuitos privados que estabeleçam limitações de acesso exige fundamentação idônea.
- III. O Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) será implementado através do Fundo Nacional da Cultura (FNC), dos Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) e do incentivo a projetos culturais.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) II e III, apenas.

56

Considerando as disposições da Lei nº 12.343/2010, é um princípio do Plano Nacional de Cultura (PNC)

- (A) a colaboração entre agentes públicos e privados para o desenvolvimento da economia da cultura.
- (B) o reconhecimento e valorização da diversidade cultural, étnica e regional brasileira.
- (C) a proteção e promoção do patrimônio histórico e artístico, material e imaterial.
- (D) a promoção do direito à memória por meio dos museus, arquivos e coleções.
- (E) a valorização e difusão das criações artísticas e dos bens culturais.

57

De acordo com a Constituição Federal, o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) o Poder Público, com a colaboração dos órgãos de segurança pública, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, vedadas outras formas de acautelamento e preservação.
- (B) a lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração anual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro.
- (C) poderão ser desapropriados, mediante manifestação da autoridade competente, os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, vedado o tombamento.
- (D) o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.
- (E) os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão considerados crimes hediondos, na forma da lei complementar.

58

A associação privada XYZ, qualificada como organização da sociedade civil, em observância às formalidades legais, pretende celebrar uma parceria com o Poder Público. Em assim sendo, os seus integrantes se debruçaram sobre a legislação que versa sobre a matéria, conferindo atenção especial às diretrizes fundamentais do regime jurídico da parceria.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 13.019/2014, analise as afirmativas a seguir:

- I. A promoção, o fortalecimento institucional, a capacitação e o incentivo à organização da sociedade civil para a cooperação com o poder público.
- II. O fortalecimento das ações de cooperação institucional entre os entes federados nas relações com as organizações da sociedade civil.
- III. O estabelecimento de mecanismos que ampliem a gestão de informação, transparência e publicidade.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.019/2014, são diretrizes fundamentais do regime jurídico de parceria o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

59

A Lei nº 13.019/2014 estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, além de consagrar regras aplicáveis à prestação de contas. A legislação prevê, inclusive, que o gestor emitirá parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria celebrada.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.019/2014, é correto afirmar que, para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, os pareceres técnicos deverão, obrigatoriamente, mencionar

- (A) os resultados já alcançados e seus benefícios, os impactos econômicos ou sociais, o grau de satisfação do público-alvo e a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
- (B) os resultados já alcançados e seus benefícios, o grau de satisfação do público-alvo e a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado, apenas.
- (C) os impactos econômicos ou sociais, o grau de satisfação do público-alvo e a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado, apenas.
- (D) os resultados já alcançados e seus benefícios e os impactos econômicos ou sociais, apenas.
- (E) os impactos econômicos ou sociais e o grau de satisfação do público-alvo, apenas.

**60**

A Lei nº 13.146/2015 consagra o acesso à informação e à comunicação como direitos que pertencem às pessoas com deficiência.

Desta forma, segundo as disposições da Lei nº 13.146/2015, analise as afirmativas a seguir:

- I. O poder público deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, salvo em publicações da administração pública ou financiadas com recursos privados, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação.
- II. Consideram-se formatos acessíveis os arquivos digitais que possam ser reconhecidos e acessados por softwares leitores de telas ou outras tecnologias assistivas que vierem a substituí-los, permitindo leitura com voz sintetizada, ampliação de caracteres, diferentes contrastes e impressão em Braille.
- III. O poder público deve estimular e apoiar a adaptação e a produção de artigos científicos em formato acessível, inclusive em Libras.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

## Redação

### Texto 1

Um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas sobre a aplicação da **Lei Paulo Gustavo** pelo Governo do Estado revela que investir em cultura pode gerar mais postos de trabalho, emprego e renda. Em 2023, a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SECEC RJ) foi responsável por executar R\$ 139 milhões em recursos destinados pela União. De acordo com o levantamento, este valor gerou um grande impacto na economia fluminense.

"No último ano, a Cultura do Estado foi responsável por executar o maior volume de recursos da história, de uma só vez e em pouco tempo. A Lei Paulo Gustavo foi muito desafiadora, no entanto, cada esforço, horas extras e noites sem dormir valeram a pena. O investimento no setor cultural e criativo não só beneficia os produtores culturais, mas toda a cadeia econômica do Estado. Esta atuação ajudou a atrair investimentos e a democratizar a cultura em território fluminense", explica a secretária de Estado de Cultura e Economia Criativa, Danielle Barros.

<https://portal.fgv.br/noticias/estudo-analisa-impacto-lei-paulo-gustavo-estado-rio-janeiro>

### Texto 2



DUKE. Disponível em: [http://www.otempo.com.br/image/contentid/Policy:1.2026674:1536101475/CHARGE%20%20EMPO.JPG?f=3x2&w=620&\\$p\\$f\\$w=ac4ac92](http://www.otempo.com.br/image/contentid/Policy:1.2026674:1536101475/CHARGE%20%20EMPO.JPG?f=3x2&w=620&$p$f$w=ac4ac92).

A partir da coletânea, redija um texto dissertativo-argumentativo no qual você deve expor suas ideias de forma clara, coerente e em conformidade com a norma culta, apresentando argumentos que sustentem seu ponto de vista sobre o tema:

### DESAFIOS DO SETOR CULTURAL NO CONTEXTO ATUAL BRASILEIRO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14  
-----  
15  
-----  
16  
-----  
17  
-----  
18  
-----  
19  
-----  
20  
-----  
21  
-----  
22  
-----  
23  
-----  
24  
-----  
25  
-----  
26  
-----  
27  
-----  
28  
-----  
29  
-----  
30  
-----

Realização

